



18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS

DATA: 03 de fevereiro de 2026

LOCAL: Receita Estadual

1. Abertura

Às 14 horas do dia 03 de fevereiro de 2026, sob a presidência do Auditor Fiscal e Subsecretário da Receita Estadual Ricardo Neves Pereira, teve início a 18ª Reunião Ordinária do Conselho de Boas Práticas Tributárias. O Presidente deu boas-vindas aos participantes e apresentou a pauta do dia. Em seguida, foi aprovada a Ata da 17ª Reunião Ordinária, previamente encaminhada aos conselheiros.

2. Questões administrativas e acompanhamento de encaminhamentos

- Calendário Anual de Reuniões: Foi exibido o calendário de reuniões de 2026 e deliberado que as reuniões do Conselho ocorrerão preferencialmente na primeira segunda-feira de cada mês, garantindo previsibilidade e organização dos trabalhos.

- Participação das entidades na pauta: O Presidente reforçou que o Conselho não é apenas um espaço da Receita ou do Governo, mas um fórum coletivo. Destacou a importância de que as entidades tragam assuntos próprios e apresentações setoriais, de modo que os temas discutidos reflitam a diversidade de setores representados. Foi sugerido que, além dos pontos apresentados pela Receita, cada entidade possa propor pautas estratégicas e temáticas relevantes para o Conselho.

- Grupo de Trabalho de Combate à Informalidade e Ilegalidade: O Subsecretário apresentou a composição do GT coordenado pelo Delegado Alcides Yano, com início dos trabalhos previsto para final de fevereiro/início de março. Propôs que se pensasse em incentivos à participação cidadã em denúncias de informalidade, incluindo mecanismos de premiação vinculados à Nota Gaúcha, sorteios especiais e parcerias público-privadas, envolvendo as entidades. Também foi discutida a necessidade de treinamento de fiscais e empresários para identificação de produtos falsificados. Foi ressaltada, ainda, a necessidade de criar estímulos para que os empresários participem, além de canais de denúncia pelos sindicatos.

- Propostas de Ações com Invest/RS: A Receita apresentou proposta de cooperação com a Invest/RS, prevendo a realização de uma reunião inicial para discutir o intercâmbio de dados entre os órgãos, com foco em informações estratégicas que possam apoiar o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos. Além disso, um possível segundo eixo da parceria é uma aproximação entre a Invest/RS e as entidades que compõem o CBPT, para criação de espaço de participação recíproca em eventos, possibilitando uma divulgação mais ampla das iniciativas do Estado e fortalecendo a comunicação entre os setores. Os conselheiros foram convidados a trazer sugestões setoriais para enriquecer a pauta dessa parceria.

3. Desenvolve RS – Novidades nos Preços Dinâmicos

Os Auditores Fiscais Kátia de Souza e Bruno Mota apresentaram as atualizações do programa Desenvolve RS, destacando o Painel de Preços Dinâmicos, que disponibiliza preços

médios praticados no varejo com alta frequência e atualização. O índice, atualmente, traz informações sobre o consumo por faixas de renda e os diferentes impactos sobre a estrutura de consumo de diferentes famílias.

4. Acordo Gaúcho

O Auditor Fiscal Clovis Breda e a Vice-Presidente Luciana Mabilia Martins explanaram sobre o andamento do Acordo Gaúcho, destacando que o programa representa um avanço importante para a política tributária do Estado. Foram discutidos aspectos de adesão, prazos e condições de pagamento, com apresentação da Cartilha Informativa do Acordo Gaúcho, com linguagem didática explicando os principais pontos do Edital..

5. Política Tributária

- Ofício OCERGS: O representante da OCERGS, Tarcisio Minetto, explanou sobre ofício da entidade enviado à Secretaria da Fazenda com proposta de incentivo às cooperativas de laticínios, focado na agricultura familiar, visando fortalecer o setor e ampliar sua competitividade. A solicitação está em estudo na Receita Estadual.

- Apresentação de novas políticas implementadas e Revisão do Modelo de Substituição Tributária (ST): O Presidente Ricardo Neves apresentou as novas hipóteses de transferência de saldos credores, incluindo o Programa RS PROATIVO, e de concessão de crédito fiscal presumido.

Após, informou que há diversas solicitações das entidades no sentido de ampliar o processo de simplificação tributária e retirada de produtos da Substituição Tributária. Assim, foi apresentada uma análise sobre o regime de ST, destacando setores que solicitaram saída e os desafios associados, como o deslocamento da carga tributário e o aumento da inadimplência. Foram discutidos exemplos como o setor de vinhos, em que houve crescimento de vendas após a saída da ST, mas sem recuperação proporcional da arrecadação. Os conselheiros foram convidados a discutir internamente e apresentar posicionamentos consensuais sobre permanência ou retirada de setores do regime.

Os conselheiros debateram também a importância de criar mecanismos de compensação para mitigar os efeitos da retirada da ST, como o fortalecimento da fiscalização eletrônica e monitoramento de operações em tempo real, ampliação de instrumentos de conformidade voluntária, incentivos à emissão de documentos fiscais e estudos setoriais aprofundados, para identificar impactos específicos e propor soluções equilibradas.

Além disso, foi ressaltada a necessidade de melhorar a gestão da administração tributária, de modo a garantir que as mudanças no regime de ST sejam acompanhadas por uma administração mais ágil e capaz de responder às novas demandas.

Foi consenso que a retirada da ST não deve ser tratada apenas como uma medida de simplificação, mas sim acompanhada de instrumentos compensatórios e melhorias administrativas que assegurem a manutenção da arrecadação e a concorrência justa entre contribuintes.

Por fim, o Subsecretário mencionou o desenvolvimento inicial do Projeto Free Flow no trânsito, que está sendo estudado pela Receita Estadual. A proposta busca permitir que veículos passem pelos postos fiscais sem necessidade de parada, de acordo com o nível de conformidade



do contribuinte. O projeto foi destacado como uma iniciativa embrionária de modernização, voltada a reduzir custos logísticos e tempo de deslocamento, ao mesmo tempo em que fortalece os mecanismos de controle e gestão tributária.

6. Encerramento e Síntese Final

Ao final da reunião, ficou definido que o Conselho manterá um calendário fixo de encontros mensais, reforçando também a importância de que as entidades tragam pautas próprias e apresentações setoriais. O Grupo de Trabalho de Combate à Informalidade iniciará suas atividades no próximo mês, com foco em incentivar a participação cidadã e fortalecer a articulação com órgãos de controle. No âmbito da cooperação com a Invest/RS, será realizada uma reunião inicial para tratar do intercâmbio de dados e da possibilidade de ser aberto espaço para participação recíproca em eventos, ampliando a divulgação das iniciativas do Estado e das entidades. Os representantes ficaram de apresentar propostas de trabalhos setoriais para essa parceria. Quanto à revisão da Substituição Tributária, foi consenso que qualquer retirada de setores deve ser acompanhada de mecanismos de compensação e de melhorias na gestão da administração tributária, e os representantes se comprometeram a trazer posicionamentos setoriais sobre o tema nas próximas reuniões. O Subsecretário Ricardo Neves agradeceu a presença de todos e reforçou o papel do Conselho como fórum de discussão e deliberação de políticas tributárias. A reunião foi encerrada às 17h.

Ricardo Neves Pereira

Presidente do Conselho de Boas Práticas Tributárias

Janaína Grigoletto Cavalheiro

Auditora-Fiscal da Receita Estadual